

Invasores, fora

16 OUT 1987

A **PRESENÇA** constante do Presidente da CUT, Jair Meneguelli, nas reuniões da Comissão de Sistematização da Constituinte representa algo bem mais grave do que uma simples infração das regras de funcionamento do Legislativo.

TRATA-SE de uma invasão consentida; seu objetivo é a coação.

O **DIRIGENTE** da central sindical não tem mandato popular. Suas repetidas tentativas de influenciar a votação, discutindo e deblaterando, representam ofensa ao Poder Legislativo.

MUITOS parlamentares vêem melindre à soberania da Assembléia quando o Presidente da República, sem deixar o Palácio do Planalto, manifesta opiniões sobre a elaboração do texto constitucional — e se esquecem de que o Presidente encarna o Poder Executivo e tem, portanto, o dever de se manifestar sobre a lei básica, que definirá e estabelecerá diretrizes para o seu comportamento.

É **ESTRANHO** que esses constituintes vejam com naturali-

dade a invasão ilegal do plenário pelo Presidente da CUT. Se a pretensa liberalidade estender-se a quaisquer outras pessoas, como o Presidente da Fiesp, isso não a justifica: ao contrário, é erro sobre erro.

DE QUALQUER forma, a tranquilidade com que Meneguelli se movimenta diariamente no plenário exige resposta imediata do Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Constituinte — sob pena de cair sobre seus ombros a responsabilidade da desmoralização do Legislativo.

OS REPETIDOS êxitos desse lobby agressivo agravam o problema. Em circunstância alguma a intimidação poderia ser admitida. Mas é necessário associá-la a seus efeitos, quando estes introduzem no texto da Constituição fatores de perturbação da atividade econômica — ironicamente, como já se demonstrou amplamente, sem benefício real para a classe trabalhadora.

NO MOMENTO, a Comissão de Sistematização corre o risco de — se não agirem com decisão as lideranças comprometidas com a verdadeira transi-

ção para a democracia — instituir no País um grevismo liberticida, sem qualquer restrição ou regulamentação efetiva.

A **GREVE** é direito sagrado do trabalhador. Mas permitir que ela se transforme em instrumento manejável segundo as intenções políticas de dirigentes como o Presidente da CUT seria um ato conspurcatório. Cedo os verdadeiros sindicalistas perceberiam o quanto se enfraquece um direito cujos limites a lei amplia além do que seria justo e legítimo.

TALVEZ ISSO pouco importe a Meneguelli. Sua atuação na Comissão de Sistematização nada tem de legítima, e isso, longe de constrangê-lo, parece dar forças à impudência com que sacode o dedo no nariz de constituintes.

NOS PARLAMENTARES, por outro lado, a preocupação em distinguir o permitido e o legal do abusivo e o ilegal deveria ser primordial.

EM NOME desse princípio, as portas da Assembléia precisavam ser urgentemente fechadas aos invasores.